

PROJETO REDE PJE

O uso de novas tecnologias como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), a demanda da sociedade por melhores serviços e as atuais restrições orçamentárias são fatores que têm exigido do Poder Judiciário soluções inovadoras para adaptação a um cenário em constante transformação. Com base nesse contexto, surgiu o projeto Rede PJe, que propõe um novo modelo para o processamento judicial eletrônico na Seção Judiciária de São Paulo.

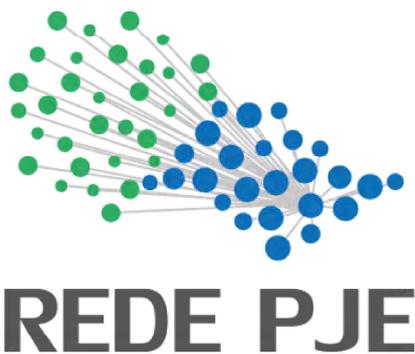
Do ponto de vista institucional, o projeto acompanha o movimento de renovação do funcionamento da administração estatal, a partir de uma nova visão de gestão pública, focada na obtenção de resultados alcançados com eficiência e racionalidade no uso de recursos, buscando atender às necessidades dos usuários do serviço, neste caso, o jurisdicionado.

A Rede PJe foi idealizada no final de 2017 por uma equipe multidisciplinar de juízes e servidores dentro do Laboratório de Inovação da JFSP (iJuspLab) e agora está em fase de revisão. Pretende-se, com a implantação do projeto, reorganizar a estrutura de processamento das ações judiciais, mediante a criação de Centrais de Processamento Eletrônico (CPE), distribuídas pela Seção Judiciária de São Paulo (SJSP).

As CPEs seriam compostas por núcleos que executariam atividades padronizadas no ambiente do PJe, tais como despachos de mero expediente, intimações, expedição de mandados e outros atos que não tenham cunho decisório. A ideia é que haja uma redução nas tarefas das varas para que elas sejam fortalecidas em sua atividade-fim, ou seja, o julgamento de ações e gestão do acervo.

A proposta inicial da Rede PJe foi encaminhada aos magistrados e servidores, no final de 2017, que puderam

se manifestar apresentando suas ponderações. Foram recebidos 59 e-mails, com mensagens de estímulo, dúvidas, sugestões e críticas. Todas as mensagens foram lidas, resumidas e tabuladas em um documento-resumo. A partir dessas contribuições, o Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora (Congip), órgão formado por integrantes da Diretoria do Foro e das Subseções Judiciárias, reanalisou o projeto e alguns pontos foram aprofundados ou modificados.



“O Projeto Rede PJe passou por uma primeira fase. Há muito caminho pela frente para seu completo desenvolvimento, mas essa discussão significa o enfrentamento às mudanças advindas com a revolução tecnológica do Judiciário, decorrente da implantação do processo eletrônico e, brevemente, a inteligência artificial”, disse a juíza federal Luciana Ortiz Zanoni, diretora do Foro.

Na revisão da proposta inicial, procurou-se frisar que não há um modelo totalmente fechado, mas sim um conjunto de diretrizes que devem ser amplamente refletidas por magistrados, servidores, colaboradores e usuários do serviço judicial. Essas diretrizes (vide box) são parâmetros que estruturarão o projeto e funcionarão como compromisso institucional firmado pela Diretoria do Foro e pelo

Congip, de forma a proporcionar maior segurança a juízes e servidores quanto ao impacto do modelo a ser implantado sobre as suas respectivas atividades.

Debate na JFSP

A fim de que todos possam contribuir para a construção da versão final, o Congip decidiu discutir a proposta com a SJSP nos próximos meses. “Nosso objetivo é apresentar o projeto Rede PJe novamente às Subseções Judiciárias. A partir dessas apresentações e da disponibilização das informações na intranet, vamos pautar a discussão a fim de que as pessoas interessadas possam trazer suas contribuições, dúvidas e sugestões para finalizarmos uma proposta que seja representativa de toda a 3ª Região”, destacou o juiz federal Décio Gabriel Gimenez, vice-diretor do Foro (interior).

No mês de junho, o Fórum Federal de Santos realizou uma dessas reuniões para debater o projeto. O evento contou com a participação de servidores e magistrados das Subseções Judiciárias de Santos e São Vicente, bem como da Diretoria do Foro.

A juíza federal Alessandra Nuyens Aguiar Aranha, diretora da Subseção Judiciária de Santos e membro do Congip, disse que o evento foi uma boa oportunidade para melhor compreensão da proposta. “A apresentação foi estimulante e entusiasmou aqueles que ainda não tinham o conhecimento e a compreensão exata sobre o novo modo de processamento. Permitiu também uma reflexão a respeito dos potenciais e aptidões de cada um, e como serão inseridos nessa nova estrutura organizacional”, afirmou a magistrada.

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO “REDE PJE”

- preservação da autonomia e independência judicial
- busca de consensos progressivos
- compartilhamento de infraestrutura e de recursos humanos
- foco na satisfação dos usuários do serviço judiciário
- formação de uma rede colaborativa, a partir de centrais de processamento eletrônico (CPE)
- criação de núcleos nas centrais para execução de tarefas padronizadas, em sintonia com o mapeamento dos processos de trabalho
- equalização da carga de trabalho
- regionalização das estruturas compatível com o grau de interiorização da JFSP
- visão global e integrada do ambiente de trabalho
- implantação progressiva, a partir de experiência piloto
- definição de indicadores para monitoramento da carga de trabalho, da produtividade e dos resultados obtidos
- fixação de regras de governança adequadas

OBJETIVOS DO PROJETO REDE PJE

- otimização dos recursos orçamentários;
- adequação dos serviços às novas tecnologias;
- valorização de recursos humanos;
- melhora na qualidade de vida de servidores e magistrados;
- agilidade no trâmite processual;
- execução de serviços padronizáveis;
- gestão democrática e compartilhada;
- manutenção de varas fortalecidas (chamadas de e-varas);
- capacitação dos servidores para minutas de decisões;
- maior transparência das atividades judiciárias;
- valorização da imagem do Judiciário;

 [acesse a página do projeto clicando aqui](#)

Riscos a serem enfrentados

Todo projeto a ser implantado deve prever possíveis riscos, a fim de que sejam gradativamente equacionados. Entre os riscos identificados na proposta da Rede PJe estão:

- o baixo grau de virtualização dos processos em curso;
- a ausência de parâmetros para definição de uma estrutura mínima de servidores;
- diálogo permanente com a equipe de desenvolvimento do PJe para adaptações necessárias no sistema;

- fixação de critérios para designação de servidores para atuar nas CPEs.

Estratégia de implantação

Para apresentar a Rede PJe, além das reuniões, existem outros documentos do projeto que estão disponibilizados na intranet da JFSP para análise e consulta dos interessados. Também será disponibilizado um e-mail específico para esclarecimento de dúvidas e apresentação de críticas ou sugestões.

A previsão é de que o projeto seja atualizado em setembro visando à

elaboração de uma proposta definitiva, a qual será submetida à nova consulta para coleta da opinião dos magistrados e servidores. Embora não vinculante, o resultado da consulta norteará as decisões subsequentes.

O projeto deverá, então, ser encaminhado para apreciação da presidência do TRF3 entre outubro e novembro, com sugestão de implantação de uma “CPE – piloto” em uma subseção ou fórum, o que poderia ocorrer no primeiro semestre de 2019, desde que haja um nível condizente de virtualização dos processos. ■

ORGANOGRAMAS DO PROJETO

